

SOUSA GALITO, Maria (2011). CPLP e Guiné-Bissau – Segurança e Defesa. *CI-CPRI*, AI, N.º10, Outubro, pp. 1-14.

AI: Artigo de Investigação



CPLP e Guiné-Bissau – Segurança e Defesa

Índice

Resumo/ Abstract	1
I. Introdução	2
II. CPLP e a Guiné-Bissau	2
III. Conclusão	12
IV. Bibliografia	13

Resumo

Discute-se o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na Guiné-Bissau, também com base na avaliação das principais causas internas e externas do contexto actual deste seu Estado-membro.

I. Introdução

O artigo estuda medidas desenvolvidas recentemente pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em prol da Guiné-Bissau, na esfera da segurança e da defesa. Discute-se o recente *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*, elaborado em parceria do próprio país com a CPLP, a ONU, a UA, a UE e a CEDEAO. Neste âmbito são ainda abordadas possíveis questões internas e externas que possam justificar ou compreender a razão pela qual a Guiné-Bissau ainda não conseguiu a estabilização político-militar no período pós independência.

II. CPLP e a Guiné-Bissau

A CPLP debate regularmente o contexto vivido na Guiné-Bissau nas suas reuniões multilaterais, desde os primeiros anos de vida desta organização internacional.

Na agenda da I RMDPLOP (1998) já constava a análise do contexto político-militar da Guiné-Bissau (embora também a de Angola, pois a paz só seria conquistada em 2002). Afirmava-se a relevância estratégica da cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP nesta matéria, e a urgência de avançar para um tipo de colaboração mais ampla e diversificada¹.

¹ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05, p. 1. URL: < <http://www.cplp.org/> >

Foi no decurso da XI RMDPLOP (2009) que foi assinada uma *Declaração Ministerial sobre a Guiné-Bissau*, na sequência dos assassinatos do Chefe de Estado e do Chefe do Estado-maior, para uma solução duradoura capaz de restaurar a ordem pública.

A CPLP, a CEDEAO e a ONUGBIS, conjuntamente com os Governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, fizeram parte de uma “Mesa Redonda sobre a Reestruturação e Modernização dos Sectores da defesa e da Segurança da Guiné-Bissau, com vista a identificar, eliminar e reestruturar os principais constrangimentos decorrentes dos acontecimentos. Também com vista à Reforma do Sector da Segurança (RSS).

Mas a onda de violência política não teve o seu fim com os assassinatos do Chefe de Estado e do Chefe do Estado-maior da Guiné-Bissau.

Duarte Silva (2010) explica que os assassinatos que se seguiram, ainda em 2009: «(...) agravaram o estado de choque e receio generalizados da população e comprovaram a “atmosfera de profunda suspeição” reinante nas elites político-militares bem como a “fragmentação e sectarismo no seio das forças armadas”»²

A *XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da CPLP*, realizou-se entre 20/21 Abril de 2011³. A ordem de trabalhos incluía a avaliação da situação interna de cada Estado-membro relativo à Defesa e

² DUARTE SILVA, António E. (2010). *Invenção e Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial/Nacionalismo/Constitucionalismo*. (Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) Almedina: Coimbra, p. 254.

³ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). *Declaração Final da XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, pp. 1-12. URL: < <http://www.caecplp.org> >

Segurança. Centrou a sua análise nos exercícios FELINO, levando em consideração os ocorridos em Angola entre 18/28 de Março de 2010, a confirmação da Guiné-Bissau em albergá-los em 2012, as propostas de modificação do protótipo actual (mormente do Brasil), e a candidatura à futura realização dos mesmos em 2013.

A CPLP comprometeu-se em Junho de 2011 na concretização do *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*. O objectivo realizar-se sob a coordenação da ONU e em estreita parceria com o governo guineense, a União Africana (UA), a União Europeia (UE) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O roteiro é um documento trabalhado pelo Estado-Maior das Forças Armadas dos países da CEDEAO, aprovado pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau e submetido às instâncias superiores da CEDEAO, que o ratificaram, em Março, numa cimeira, em Abuja. Para o levar a efeito são necessárias competências técnicas mas igualmente financeiras. Estão previstos cerca de 63 milhões de dólares para a reforma do sector de defesa e segurança provenientes da CEDEAO.

A aprovação deste Roteiro foi consagrada na agenda da XVI reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos oito países da CPLP, de 22 de Julho em Luanda, e consta da sua declaração final⁴.

Na Resolução propriamente dita sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau, leva em consideração as conclusões da V Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros

⁴ Cf. COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011a). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), *CPLP Notícias*, 22 Julho. URL: < <http://www.cplp.org> >

da CPLP sobre a Guiné-Bissau (Praia, 25/3/2009, bem como a Resolução 1949 do Conselho de Segurança que estabelece a *Missão Integrada da ONU na Guiné-Bissau* (UNIOGBIS), e o modelo específico da *Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas* e o *Grupo Internacional de Contacto* para Guiné-Bissau em prol da sustentabilidade do seu processo em curso

Sendo que a Guiné-Bissau é a principal responsável pela paz e a estabilidade político-social no seu território soberano, a Resolução, antes de mais: «(...) *apela* às autoridades, forças políticas e ao conjunto da sociedade civil da Guiné-Bissau a mobilizarem todos os esforços, com vista à concretização das reformas previstas no Roteiro.»⁵

Indirectamente, a Resolução exorta à união nacional, à responsabilidade do governo democraticamente eleito e à mobilização de esforços conjuntos na Guiné-Bissau. Mas também desperta a necessidade de angariar recursos adicionais dentro ou fora do espaço lusófono para concretização do Roteiro.

A CPLP, enquanto instituição, possui um orçamento em grande medida limitado para fazer face a este tipo de custos extraordinários. Nesse sentido incentiva-se à realização de uma conferência internacional de parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, para a mobilização complementar de recursos financeiros.

O comunicado destaca a cooperação bilateral mantida pelos Estados-membros, à Missão Técnica Militar Brasileira (MTMB) à instalação da Missão Militar Angolana na Guiné-Bissau (MISSANG/GB) e aos *Programas de Portugal de Apoio à Justiça e Segurança*, e que ajudam a cumprir as finalidades do Roteiro CEDEAO/CPLP.

⁵ COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011c). Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. *CPLP Notícias*, 22 Julho, p. 2. URL: < <http://www.cplp.org> >

Têm sido desenvolvidas parcerias e cooperação jurídica no âmbito da relação CPLP/União Africana para ajudar a reformar o sistema de defesa e de segurança guineense, nomeadamente ao nível da elaboração de legislação contra o tráfico de drogas, para minorar o efeito interno e externo de *rótulos internacionais* como *Narco-estado* ou *Estado Falhado*⁶, que não adjuvam ao processo de reabilitação da credibilidade internacional do país.

Posto isto, importa referir o seguinte. Primeiro, a percepção da chamada “Comunidade Internacional” ou das manchetes divulgadas pelos meios de comunicação massificados, possuem uma relevância relativa nesta matéria. Em especial se forem parcelares, parciais ou generalistas na sua observação da realidade no terreno; se apenas conferirem enfoque às dificuldades de forma não construtiva, e não se preocuparem verdadeiramente em ajudar a resolver problemas estruturais (e não conjunturais) que parecem existir.

Segundo, um país soberano não deve ser pressionado a importar modelos que possam funcionar noutros países mas não necessariamente garantir um processo de reorganização das instituições e das populações que lhe são muito próprias. A ajuda humanitária e os fundos em prol do desenvolvimento sustentável e sustentado da Guiné-Bissau serão certamente bem vindos mas devem adequar-se à resolução das dificuldades nacionais e não promover acrescidas clivagens e criar mais problemas.

⁶ Definição de Estados Falhados: «Os Estados-Nação acabam por falir porque já não conseguem fornecer bens políticos positivos às suas populações. Os seus governos perdem a legitimidade e, aos olhos e corações de uma crescente pluralidade de cidadãos, o Estado Nação ele próprio torna-se ilegítimo.» Cf. ROTBERG, Robert I. (2002). “The New Nature of Nation-State Failure”, *The Washington Quarterly*, Summer, 25: 3, p. 85. URL: < <http://www.twq.com/02summer/rotberg.pdf> >

Terceiro, programas que apenas se centrem na reforma das forças armadas e não sejam abrangentes a outros sectores e dinâmicas da sociedade, também poderão ser pouco produtivas. Do ponto de vista interno, devem ser combatidos casos provados de abuso da autoridade dos militares sobre as populações, ou de promiscuidade entre o crime organizado e as forças armadas, mas a questão da Guiné-Bissau não é exclusivamente militar.

Quarto, a intervenção internacional poderá implementar programas de reforma nas estruturas da Guiné-Bissau, mas este país deve garantir as condições mínimas internas para que as medidas sejam implementadas, pois nenhum projecto será viável num contexto de instabilidade político-militar.

Neste sentido, está em perspectiva a criação de uma Comissão da Verdade e Reconciliação, uma delegação conjunta constituída por elementos da UA e da Guiné-Bissau para aprender com a experiência sul-africana nestas matérias.

Angola, que assumiu a presidência da CPLP em 2010, velou pelo plano de apoio à reforma do sector da defesa e segurança da Guiné-Bissau e prosseguiu com a missão de apoio técnico militar (MISANG) estabelecida em Bissau em Março de 2011. Mas os esforços podem ser infrutíferos se a vontade das várias forças guineenses não se entenderem. Em Julho de 2011, por exemplo, as acções de protesto impulsionadas pelos partidos da oposição eram regulares nas ruas do país, com o objectivo de obter a demissão do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, por causa do seu alegado envolvimento nos assassinatos de Baciro Dabo e Hélder Proença, três anos antes.

As próximas eleições legislativas estão previstas para 2012 mas caso o primeiro-ministro seja deposto, tal implica a queda do Governo e a necessidade de novos acordos políticos, à luz da Constituição.

Na esfera política e no seio do exército, surge o tema pouco consensual da luta de classes ou mesmo das diferenças étnicas que, a existirem, constituem (ou não) uma barreira à união nacional e à estabilidade político-militar. Sendo que sobretudo o tema “étnico” se considera talvez um tabu⁷ do ponto de vista da discussão pública interna.

Carlos Lopes (1982), por exemplo, considera que o processo de integração étnico é indispensável na Construção do Estado, pois «(...) tornou-se, simultaneamente, um ponto de chegada e um ponto de partida.»⁸ Mas que é a luta de classes que justifica as principais disputas políticas e não o facto de os agentes pertencerem à etnia X ou Y:

«(...) as contradições hoje existentes na Guiné-Bissau, ao nível do poder, eram consequência lógica do afrontamento de duas concepções distintas: uma, ligada à experiência de conjugação interétnica originada na luta armada; a outra, ligada à ideologia do aparelho de Estado nascido após a independência. O confronto destas duas lógicas, que abusivamente traduzi por racionalidade étnica e racionalidade estatal, têm a sua origem na luta de classes (...)»⁹

Mas mais recentemente, um estudo de Dumas Teixeira (2010), reuniu um conjunto de testemunhos que admitem as clivagens étnicas existem e fazem parte do discurso eleitoral, que aproveita as diferenças entre grupos na tentativa de obter melhores resultados nas urnas. Analisou estatísticas eleitorais e distribuição de votos e chegou à

⁷ «Na Guiné-Bissau, de maneira geral, as discussões sobre conflitos étnicos têm sido delicadas, complexas e preocupantes. Ainda há muitos que enxergam esses conflitos como um tabu nos debates públicos com risco de ser rotulado de “tribalista” ou inimigo da união nacional.» [DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010). *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau (1994-2006)*. Recife: Edições universitárias da UFPE, p. 111].

⁸ LOPES, CARLOS (1982). *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. (Biblioteca de Estudos Africanos) Lisboa: Edições 70, p. 85.

⁹ ID IBID, p. 14.

conclusão que:: «Foram vários os golpes de Estados e tentativas de exclusão étnica, inclusive entre lideranças de partidos políticos concorrendo a cargos do executivo, do Legislativo e do Presidente da República, apoiando-se abertamente nos discursos étnicos.»¹⁰

Por outro lado, Carlos Lopes (1982) admite que a classe dirigente, em grande medida constituída pela burguesia, constitui a maior força na transformação da realidade sociopolítica e económica da Guiné-Bissau. E que as referências ao Colonialismo, à luta armada contra a experiência que daí resultou, e à necessidade de continuar a lutar por um ideal de Estado ainda em construção continuam a ser referências quotidianas de peso, o que ajuda a explicar o tipo de governação e as expectativas presentes na sociedade. Carlos Lopes (1982) argumentava que: «(...) a luta continua um testemunho e uma referência omnipresente na sociedade guineense.»¹¹ E acrescentava: «Todos os discursos fazem apelo ao passado.»¹².

Na perspectiva de Carlos Lopes (1982), as gerações mais jovens que não viveram a guerra pela independência, continuam envolvidos pela memória sociológica da experiência, pois para eles: «(...) a luta é uma verdadeira instituição. »¹³ Constatação que vale por si e que, segundo o autor, eleva os seus agentes a um estatuto de “intocáveis”, sobretudo nas cidades.

Carlos Lopes (1982) e Dumas Teixeira (2010) são dois autores com versões distintas sobre uma temática difícil, não consensual e que gera regularmente reacções

¹⁰ DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010), *op. cit.*, p. 114.

¹¹ LOPES, CARLOS (1982), *op. cit.*, p. 84.

¹² ID IBID.

¹³ ID IBID.

emocionais. A realidade efectiva? Quem melhor a conhece e pode agir sobre ela são os próprios guineenses. Os quais, diferentes ou não entre si, convivem há séculos naquele espaço geográfico. Portanto soluções existem, deverão ser encontradas e aplicadas.

Por outro lado, a Guiné-Bissau organiza-se de forma independente há menos de quarenta anos (recorde-se, por exemplo, que os Estados europeus levaram séculos a desenvolver os seus desígnios nacionais e a estabilizar focos de tensões locais) sem o espectro do colonialismo que os circunscrevia a determinadas fronteiras de interesses que poderão não ser da conveniência actual dos seus actuais cidadãos. Não são o único país do mundo ou da sua região geopolítica a enfrentar dificuldades, mas também é certo que estas devem ser resolvidas o quanto antes, em benefício das populações e da própria dinâmica de desenvolvimento nacional.

Porque a Guiné-Bissau também é vulnerável em relação ao exterior¹⁴. Neste contexto, realça-se o problema das redes de tráfico de armas e de droga. Sendo um país com ampla costa marítima, tem sido usado como plataforma logística para fins criminosos. Sistema facilitado por fronteiras e instituições ainda permeáveis. Duarte Silva (2010) é contundente na sua explicação da situação actual:

¹⁴ «Numa economia débil como a da Guiné-Bissau, a satisfação das aspirações patrimoniais da classe política depende fortemente do desempenho de funções públicas. (...) naqueles partidos com maiores possibilidades de conquistar o Poder ou, pelo menos, de obter uma votação expressiva, os militantes exercem grande pressão para inviabilizar quaisquer acordos de coligação pré-eleitoral. Com tal atitude visam impedir a repartição, por vários partidos, do número limitado de cargos políticos disponíveis.» [NÓBREGA, Álvaro (2005). 'Desejo de Cambança': Uma análise do Processo Eleitoral de 1999 na Guiné-Bissau. In SOARES BARATA, Óscar e FRIAS PIEPOLI, Sónia I. G., *África – Género, Educação e Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL, p. 336-337]

«(...) as debilidades do país perante a criminalidade organizada, a implicação da hierarquia militar e de personalidades civis no tráfico de drogas, a corrupção generalizada e a inoperância da organização judiciária têm levado à qualificação da república da Guiné-Bissau como primeiro narco-Estado em África.»¹⁵

A expressão narco-Estado não é consensual, poderá ser considerada abusiva ou insultuosa para populações genuinamente interessadas em encontrar uma solução para o seu país. Mas se os problemas existem devem ser resolvidos – sem paternalismos externos nem desculpas internas, e prontamente.

Sendo assim, leva-se em consideração a localização geoestratégica privilegiada da Guiné-Bissau, e das escalas que nela fazem organizações criminosas, perante uma relativa falta de meios locais para patrulhar essa mesma costa de forma substantiva, cabal e eficiente.

De facto, a Guiné-Bissau não é um país rico. Recorda-se que geralmente ocupa os últimos lugares dos rankings internacionais e anuais no Índice de Desenvolvimento Humano. No Relatório de 2010 do IDH¹⁶, por exemplo, constava do 164º lugar numa lista de 169 Estados ao todo.

O que não implica que a Guiné-Bissau seja desprovida de recursos naturais. Nos minerais, salienta-se as potencialidades dos minerais como o fosfato no sector de Farim, o bauxite no sector de Boé, e o petróleo na zona insular do país. Na agricultura, as

¹⁵ DUARTE SILVA, António E. (2010), *op. cit.*, p. 260.

¹⁶ UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2010) Human Development Index and its Components. Human Development Report 2010. Table 1. Statistics. URL: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>>

culturas do caju, do arroz, da mancarra e do coconote. Para além do sectores das pescas e da floresta.

De facto, o país possui potencialidades económicas não completamente exploradas em benefício geral das populações. Uma melhor gestão dos recursos e das suas potencialidades poderá estar na génese da solução, que também deve ser económica.

III. Conclusão

A instabilidade política da Guiné-Bissau continua a ser uma preocupação no seio da CPLP, razão pela qual se lutou recentemente pela elaboração do *Roteiro da Reforma do Sector de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau*, em parceria com a ONU, a UA, a UE e a CEDEAO. A Organização lusófona poderá continuar a ser útil nas acções de concertação político-diplomática e profícua nas actividades de cooperação técnico-militar neste domínio.

Seja como for, o processo tem, antes de mais, de ser resolvido por vontade política interna em articulação com as suas diferentes sensibilidades políticas, ideológicas, religiosas e étnicas. As soluções existem, mas precisam ser aplicadas de forma adequada à realidade pré-existente, em prol de um desígnio nacional (e não externo) que confira estabilidade político-militar e promova o desenvolvimento estrutural, económico e social do país.

Bibliografia

- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2008). Declaração Final da X Reunião dos Ministros da Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, *CPLP Documentos*, Reuniões Ministeriais Sectoriais, Órgãos, 18/05, pp. 1-10. URL: < <http://www.cplp.org/> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011a). Comunicado Final da XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), *CPLP Notícias*, 22 Julho, p. 1. URL: < <http://www.cplp.org> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011b). Declaração Final da XIII Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). *Centro de Análise Estratégica*, Agenda, Reuniões dos Ministros da Defesa, pp. 1-12. URL: < <http://www.caecplp.org> >
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (2011c). Resolução sobre a Implementação do Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Sector da Defesa e Segurança da República da Guiné-Bissau. *CPLP Notícias*, 22 Julho, pp. 1-2. URL: < <http://www.cplp.org> >
- DUARTE SILVA, António E. (2010). Invenção e Construção da Guiné-Bissau – Administração Colonial/Nacionalismo/Constitucionalismo. (Instituto de Cooperação Jurídica, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa) Almedina: Coimbra.
- DUMAS TEIXEIRA, Ricardino (2010). *Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau (1994-2006)*. Recife: Edições universitárias da UFPE.

- LOPES, CARLOS (1982). *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. (Biblioteca de Estudos Africanos) Lisboa: Edições 70.
- NÓBREGA, Álvaro (2005). ‘Desejo de Cambança’: Uma análise do Processo Eleitoral de 1999 na Guiné-Bissau. In SOARES BARATA, Óscar e FRIAS PIEPOLI, Sónia I. G., *África – Género, Educação e Poder*. Lisboa: ISCSP-UTL, pp. 331-388.
- ROTBERG, Robert I. (2002). “The New Nature of Nation-State Failure”, *The Washington Quarterly*, Summer, 25: 3, pp. 85-96. URL: <http://www.twq.com/02summer/rotberg.pdf>
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2010) Human Development Index and its Components. Human Development Report 2010. Table 1. Statistics. URL: <<http://hdr.undp.org/en/statistics/hdi/>>